



### **Ata da 4ª Audiência Pública de revisão do Plano Diretor de Campo Largo**

Aos 21 dias do mês de Novembro de 2017, às 14 horas, no Auditório do Centro Administrativo Municipal, no Bloco 11 da sede da Prefeitura Municipal de Campo Largo, situada na Avenida Padre Natal Pigatto nº925, Centro, realizou-se a 4ª Audiência Pública para debate e sugestões para revisão do Plano Diretor de Campo Largo para os próximos 10 anos. Esta é a fase final de revisão do Plano Diretor, que já contou com outras 3 audiências públicas realizadas em novembro/2015, maio e julho/2016, durante as fases de diagnóstico e análise temática integrada. A fase final corresponde às minutas de legislação e plano de ação, as quais após a aprovação em audiência pública, serão encaminhados para aprovação da Câmara Municipal, e passarão a vigorar como leis na cidade. De acordo com a Lei Federal nº10.257/2001 (Estatuto das Cidades) o Plano Diretor é obrigatório na maioria dos municípios brasileiros, especialmente nos que possuem mais de 20 mil habitantes. O Plano trata das diretrizes de desenvolvimento urbano e da organização do território municipal para os próximos dez anos. Entender sua importância para a qualidade de vida de uma cidade e o papel do poder público em sua implementação é primordial. O plano diretor pode ser entendido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem a utilização do espaço urbano. É plano, porque estabelece o objetivo a ser atingido, o prazo em que estes devem ser alcançados, as atividades a serem executadas e quem deve executá-las. Todo cidadão tem assegurado seu direito de participar junto à Prefeitura e à Câmara Municipal, da elaboração do Plano, que visa orientar as ações da prefeitura voltadas para o bem estar do cidadão. Em cumprimento à legislação, a Prefeitura Municipal publicou no seu site, <http://www.campolargo.pr.gov.br> o Convite para a população participar da 4ª Audiência Pública de revisão do Plano Diretor e colocou o material de consulta à disposição no site <http://planodiretor.campolargo.pr.gov.br/site/audiencias>. Participaram da Audiência Pública o Prefeito Municipal Marcelo Puppi, o Vice-prefeito Maurício Rivabem, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Eduardo Cogo Fernandes, os Vereadores Bento Vidal – Presidente da Câmara, Darci Antonio Andreassa, Elisabete Damasceno, Airton Roberto Vaz da Silva (Betinho), Antonio Gonçalves Ferreira, João Carlos Ferreira (João da Água) e Clairton Darci Tummler (Alemão), secretários, funcionários municipais, além de lideranças representativas da comunidade, constantes da Lista de Presenças que será anexada a esta Ata. Abrindo a Audiência, o Prefeito Marcelo Puppi ressaltou a importância do Plano Diretor – lembrando do 1º Plano Diretor de Campo Largo, feito em 1978 pelo arquiteto Forte Neto, 10 anos antes da exigência legal. Citou ter participado pela manhã da inauguração da Grifols, uma das mais importantes indústrias da Espanha, cuja unidade brasileira de produção de bolsas de coleta e fracionamento de sangue, que antes eram importadas da matriz na Espanha, está investindo no Brasil, 16,3 milhões de Euros, gerando em Campo Largo, na primeira fase, 122 empregos diretos. Em seguida foi feita a leitura do Regimento Interno da 4ª Audiência Pública de revisão do Plano Diretor de Campo Largo, que tem como Presidente o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – Eduardo Cogo Fernandes. Na sequência houve a participação dos técnicos da Prefeitura, que explanaram os detalhes do trabalho de planejamento que está sendo elaborado, em mais de 10 oficinas comunitárias que mostraram as necessidades das diversas comunidades do município de Campo Largo. Foram expostos detalhes das leis contempladas no Plano Diretor, tais como a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, para as áreas de APAs (áreas de proteção ambiental), zonas de interesse logístico, área industrial e áreas residenciais, Setor de Proteção de Manancial Subterrâneo – Aquífero Karst. A lei do perímetro urbano sofreu redução significativa – as áreas das colônias agrícolas voltam a pertencer ao perímetro rural. Lei do Sistema Viário, Plano de Ação e Investimentos, Ações Estratégicas para os distritos da Sede Urbana, de Ferraria, Bateias, Três Córregos e São Silvestre. Após a exposição da Analista Ambiental Mirela Jacomasso Medeiros, fez uso da palavra o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – Eduardo Cogo Fernandes, que elogiou a participação das forças vivas da sociedade, do Legislativo, Judiciário e lideranças comunitárias na elaboração do Plano Diretor. Destacou a importância da criação da Lei de Outorga Onerosa do Direito de Construir, indicando que a compra de potencial construtivo será revertida em recursos para infraestrutura de desenvolvimento urbano, na construção e manutenção de solicitando de equipamentos públicos. O secretário elogiou também a participação de técnicos representando a Associação de Engenheiros e Arquitetos, os quais contribuíram para a definição dos parâmetros a serem



adotados. Após breve intervalo para inscrições das perguntas, pequeno café e troca de ideias entre os participantes, a Audiência foi retomada, com as exposições dos participantes, sendo dadas as devidas explicações e respostas às questões formuladas por escrito. O Presidente do Sindicato Rural, Hugo Ruthes, pediu a inclusão do Conselho de Agricultura Sustentável como órgão consultor do Plano Diretor, destacando que a área rural do município ocupa mais de 1.235 mil Km<sup>2</sup> e não dispõe de estruturas administrativas como Secretaria de Agricultura; Bruno Boaron – Presidente do COMUDE (Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico) questionou sobre os coeficientes de aproveitamento adotados, e qual seria a carência para aplicação dos novos parâmetros; Dr. Luciano Moraes e Marcelo Weber abordaram sobre a necessidade de inclusão do COMUDE na Lei do Plano Diretor; Juliano Toppel da Acicla (Associação Comercial e Industrial) perguntou como ficariam as indústrias já instaladas no município em locais onde ocorrerá mudança de zoneamento; Eloi Zanin indica que alguns pontos do Plano Diretor poderiam ainda ser melhorados; André Mocelin questionou a diferença entre o recurso da compra de potencial e um tributo municipal; Cassieli Muiniki perguntou sobre os imóveis urbanos que deixariam de ser urbanos e voltariam a ser rurais; o Vereadores Antonio Gonçalves Ferreira e Airton Roberto Vaz da Silva questionaram sobre a redução da área industrial na região do Salgadinho, e perguntaram como ficará a situação das empresas já instaladas na área industrial que será reduzida; Afonso Sikora perguntou sobre a faixa de domínio das estradas rurais municipais que era de 10 metros e que estaria sendo ampliada para 20 metros; o advogado Dr. Pedro Teixeira, do Conselho de Segurança, pediu vistas do processo e reunião com a equipe de elaboração do Plano Diretor. Após os esclarecimentos e respostas aos questionamentos, o Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Audiência Pública, da qual foi lavrada a presente Ata à qual foi anexada a Lista de Presenças. Campo Largo, 21 de Novembro de 2017.